

**Participe deste Fórum com seus comentários e trabalhos para que possam ser incluídos no nosso “site” ([www.ccseerj.org.br](http://www.ccseerj.org.br)), na página correspondente a *PARTICIPE*. Sua participação é importante para o fortalecimento do Centro Cultural e nos ajudará a fazer um trabalho melhor.**

**Os comentários aqui feitos são de minha inteira responsabilidade e não representam a opinião do Centro Cultural da SEAERJ.**

Prezados colegas.

Desde julho de 2009 temos discutido e desejado, neste Fórum de Debates e nas reuniões do Conselho Consultivo do Centro Cultural, maior participação de arquitetos, urbanistas e engenheiros dos quadros do serviço público na solução de problemas de interesse da comunidade.

Em nossa primeira comunicação, de 20/07/2009, reproduzimos uma frase de Ivan Lessa, citada no artigo do jornalista Zuenir Ventura “**Memória e Esquecimento**”:

*“A cada quinze anos o Brasil esquece os últimos quinze anos”,*  
e mais adiante escreve:

*“O esquecimento é uma das razões pelas quais o nosso passado, que é um pretérito imperfeito, está sempre batendo à porta para fazer entrar o que foi recalçado”.*

Esse comentário é bastante pertinente e atual, quando vemos se repetirem ações que conduzem ao desperdício do dinheiro público, resultado de falta de planejamento integrado, falta de projetos e da participação secundária da engenharia pública em obras contratadas ou em execução.

Em um passado recente, as atividades de planejamento e gerenciamento de obras e dos serviços de engenharia de manutenção e conservação eram desempenhadas por profissionais pertencentes ao quadro permanente e, por isto mesmo, mais comprometidos com a qualidade dos serviços prestados.

A partir do final dos anos 80 surgiram as idéias de terceirização das atividades públicas, sob a argumentação de que salários e benefícios dos profissionais ativos causariam um ônus elevadíssimo quando estendidos aos aposentados, direito garantido pela Constituição. Foi-se, assim, conduzindo a uma excessiva contratação de terceirizados e cooperativados, que passaram a desempenhar as atribuições anteriormente específicas dos profissionais do quadro permanente.

Em virtude da falta de planejamento e de diretrizes claras por parte dos programas de governo, investimentos em infra-estrutura, conservação e manutenção, têm sido negligenciados e observam-se, cada vez mais, ações pontuais a partir de “idéias criativas”, apressadamente licitadas sem apoio de projetos básicos e, muitas vezes, sem mesmo um anteprojeto e que resultam orçamentos largamente ultrapassados, frequentemente questionados pela sociedade, com fartos exemplos dos quais se tem amplo conhecimento pelo noticiário jornalístico.

A inexistência de projetos básicos realistas até parece ser intencional. Serviços preliminares necessários ao desenvolvimento dos projetos são negligenciados e, como consequência, projetos executivos têm que ser refeitos e muitas vezes servem de justificativa para inflar os valores contratados, o que não deve ser confundido com soluções provisórias que devem ser tomadas em ocasiões especiais e que requerem ações emergenciais.

Outro aspecto relevante é a qualidade dos serviços de conservação e manutenção realizados pelas empresas concessionárias, CEG, Cedae, Light e de serviços de telefonia, com a sua voracidade em esburacar as cidades e cujas reposições estão distantes das especificações dos Cadernos de Encargos, em geral responsável por acidentes com danos pessoais ou patrimoniais.

Não somos contra a contratação de empresas para elaboração de projetos, controle tecnológico e qualidade de materiais e procedimentos, fiscalização e execução de obras, *desde que sob um eficiente gerenciamento e supervisão dos profissionais do quadro permanente*, que devem ser estimulados e tratados com respeito, recebendo uma remuneração condigna, estimulados a se aperfeiçoarem e com emulação pelo progresso em suas carreiras. Somos contra o excessivo número de cargos em comissão e funções de chefia entregues a pessoal estranho aos quadros do serviço público, cerceando a progressão funcional e desestimulando ao desempenho de suas funções.

Outro assunto que nos causa preocupação é o "loteamento dos espaços públicos"; calçadas, praias e praças têm sido usadas de uma forma cada vez mais intensa para diferentes atividades: restaurantes, bares, estacionamento, escolinhas de voley e futebol, até mesmo por cabines da PM e da Guarda Municipal, geralmente sem ter a mínima preocupação com a estética e criando volumes que impedem a circulação de pedestres e até mesmo a vista para o mar, como é o caso da Praia de Copacabana, só para dar um exemplo.

Na condição de engenheiro do serviço público, do que muito me orgulho, mais uma vez trago estes assuntos para reflexão dos colegas, na esperança de que tais comentários sejam ouvidos por autoridades públicas e, de certa forma, possam contribuir para que planos e projetos não sejam meramente ideias que se transformem em desilusões.

**Ronald Young**

Presidente do  
Centro Cultural da SEAERJ